



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

CÂMPUS PELOTAS - VISCONDE DA GRAÇA

**CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE
- MODALIDADE SUBSEQUENTE -**

Início: 2013/01

SUMÁRIO

1 - DENOMINAÇÃO	3
2 - VIGÊNCIA.....	3
3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	3
3.1 – APRESENTAÇÃO	3
3.2 – JUSTIFICATIVA	4
3.3 – OBJETIVOS.....	5
4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	5
5 - REGIME DE MATRÍCULA.....	5
6 - DURAÇÃO	6
7 – TÍTULO	6
8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	6
8.1 – PERFIL PROFISSIONAL.....	6
8.2 – CAMPO DE ATUAÇÃO.....	6
9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	7
9.1 – COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	7
9.2 – MATRIZ CURRICULAR	8
9.3 – MATRIZ DE PRÉ-REQUISITOS	8
9.4 – MATRIZ DE DISCIPLINAS EQUIVALENTES	8
9.5 – ESTÁGIO CURRICULAR	8
9.6 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	8
9.7 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	9
9.8 – DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIAS.....	9
9.9 – FLEXIBILIDADE CURRICULAR.....	9
9.10 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO	10
10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS	11
11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS	12
12 – RECURSOS HUMANOS.....	12
12.1 - PESSOAL DOCENTE E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA.....	12
12.2 – PESSOAL TÉCNICO – ADMINISTRATIVO	14
13 – INFRAESTRUTURA	14
13.1 – INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS OFERECIDOS AOS PROFESSORES E ALUNOS	14
14 - REFERÊNCIAS	15
15 - ANEXOS	16

1 - DENOMINAÇÃO

Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente.

2 - VIGÊNCIA

O curso Técnico Integrado em Meio Ambiente passará a vigor a partir de Abril de 2010.

Prevê-se, a cada dois anos, a avaliação do presente projeto, com vistas à ratificação e/ou remodelação dos diversos aspectos contemplados neste documento, a cargo da Coordenação do Curso, Colegiado e Supervisão Pedagógica. Sendo previsto para o ano de 2015 nova avaliação com possíveis reformulações.

3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente, na forma Subsequente ao Ensino Médio, pertencente ao Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O Projeto Pedagógico de Curso se propõe a contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o respectivo curso no âmbito do Campus Pelotas – Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense-IFSUL, tendo como base as orientações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394/96 e atualizadas pela Lei nº 11.741/08, bem como nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Sistema Educacional Brasileiro e no Projeto Político Pedagógico Institucional.

O *campus* Pelotas - Visconde da Graça, anteriormente denominado Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, vinculou-se, no ano de 2010, à Rede Federal de Educação Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul–Rio-Grandense.

O *campus* atua, fundamentalmente, na formação profissional e tecnológica nos seguintes eixos: ambiente, saúde e segurança; controle e processos industriais; gestão e negócios; produção alimentícia; produção industrial e recursos naturais. Além disso, através de parcerias, o campus também atua em projetos e convênios de qualificação de trabalhadores a partir do oferecimento de cursos de curta duração, buscando, dessa forma, auxiliar na inclusão social em todos os setores da economia.

Como instituição educativa, o *campus* insere-se de forma atuante no contexto regional, através da mobilização cotidiana de seus integrantes, em atividades constantes de ensino/pesquisa/extensão, extrapolando os limites de seus espaços institucionais. Por esse critério, expandem-se e diversificam-se as ofertas de cursos de nível médio, superior, assim como alternativas de inserção sócio-cultural e tecnológica, incluindo, em seus currículos, reflexões acadêmicas que enfocam temáticas e abordagens colhidas da realidade.

Frente ao exposto, o Curso de Técnico em Meio Ambiente propõe-se a desenvolver um conjunto de atividades de ensino e aprendizagem articuladas e pertinentes com a formação de um profissional habilitado e qualificado para compreender criticamente a realidade e inserir-se no mundo do trabalho com

competência técnica, ética e autônoma.

3.2 – Justificativa

No mundo em que vivemos o paradigma homem-natureza vem sendo repensado em diferentes aspectos, sendo que as ações voltadas à educação ambiental estão se consolidando como uma das estratégias possíveis de enfrentamento das problemáticas ambientais, buscando assim, a construção de uma sociedade justa e ambientalmente segura.

Segundo o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2005, p. 17), no Brasil a ameaça a biodiversidade está presente em todos os biomas. A degradação do solo, a poluição atmosférica, a contaminação dos recursos hídricos e o aumento desenfreado do nível de pobreza da população são alguns dos efeitos nocivos observados.

Esse panorama se efetiva também na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul, que apresenta uma deterioração de águas e uma sedimentação de areias e terras muito avançada em consequência do lançamento dos efluentes domésticos e industriais oriundos da bacia hidrográfica, do desmatamento e do uso excessivo de defensivos agrícolas. Além disso, nas áreas úmidas, em virtude de expansão da área rural, invasão dos animais domésticos e outros fatores, as mudanças nas vegetações se aceleraram, resultando na perda da biodiversidade.

Salienta-se ainda que a região sul integra uma zona conhecida como área do Mar de Dentro, que compreende os municípios de Pelotas, Rio Grande, Tapes, Camaquã e São Lourenço do Sul, com uma população aproximada de 1 milhão de habitantes, com densidade média de 18,7/Km. Pelotas e Rio Grande são os principais municípios, localizados na parte do sul do litoral da Laguna dos patos. A soma da população desses dois municípios atinge aproximadamente cinquenta por cento (50%) da população total da área do Mar de Dentro.

Pelotas, o maior município da Área do Mar de Dentro, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,739 (PNUD 2010) – está entre os 33,9*% de maior desenvolvimento humano. Quando o referencial é o RS, a colocação de Pelotas dentre dos 30% dos municípios com IDH mais elevado. A cidade é passagem obrigatória para o turista da região do Prata que segue para o centro do País e vice-versa. Sua localização é estratégia em relação ao MERCOSUL (Fonte: IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Diante desse panorama, torna-se notória a pertinência e necessidade de formação de Técnicos em Meio Ambiente, habilitados para atuarem na conservação e preservação da região. Com a finalidade de promover a minimização de agentes impactantes ao meio ambiente, auxiliando na construção de uma consciência ecológica junto às populações da região buscando a implantação de tecnologias mais limpas. Além disso, o potencial turístico urbano e rural oferece inúmeras possibilidades de implementação de um modo ambientalista de uso desses espaços, na perspectiva de trabalhar com a sensibilização para o Turismo, bem como com a educação para a preservação ambiental dos mesmos.

3.3 – Objetivos

Objetivo Geral:

O Curso Técnico em Meio Ambiente, de forma subsequente ao ensino médio, visa promover a formação de profissionais de nível médio habilitados para atuarem na conservação e preservação da região; minimização de agentes impactantes ao meio ambiente; construção de uma consciência ambiental junto às populações da região; implantação de tecnologias mais limpas.

Objetivos Específicos:

- Formar profissionais com competência técnica e tecnológica em sua área de atuação e capazes de se inserir no mundo do trabalho de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- Desenvolver a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho.
- Preparar para a vida, tendo o trabalho como princípio para construir aprendizagens que aliem saber e fazer de forma crítica e contextualizada e estimulem a investigação, a criatividade, a participação e o diálogo, no respeito à pluralidade de visões e na busca de soluções coletivas baseadas na gestão democrática;
- Implementar processos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social;
- Proporcionar uma formação orientada no desenvolvimento das noções de ética e democracia, indispensáveis na formação de indivíduos ativos, conscientes e responsáveis, que atuem como agentes comprometidos com a emancipação humana e com a construção da cidadania plena.

4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

Para ingressar no Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente, os candidatos deverão ter concluído ensino médio ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no curso será regulamentado em edital específico.

5 - REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Série
Turno de Oferta	Manhã/Tarde
Número de vagas	35
Regime de Ingresso	Anual

6 - DURAÇÃO

Duração do Curso	02 anos
Prazo máximo de Integralização	04 anos
Carga horária em disciplinas obrigatorias	960h
Estágio Curricular	-
Atividades Complementares	240h
Trabalho de Conclusão de Curso	-
Total do Curso	1200h

Observação: Será permitido, ao aluno do curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente, participar de estágio não obrigatório, conforme previsto no regulamento de estágio do IFSul

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, incluindo a comprovação de realização das Atividades Complementares, o aluno receberá o diploma de Técnico em Meio Ambiente.

8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

8.1 – Perfil Profissional

O Técnico em Meio Ambiente é um profissional que atua na coleta, armazenamento e interpretação de informações de dados e documentações ambientais. Elabora laudos, relatórios e estudos ambientais. Propõe medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados. Executa sistemas de gestão ambiental. Organiza programas de Educação ambiental com base no monitoramento, correção e prevenção das atividades autrópicas, conservação dos recursos naturais através de análises preventivistas. Organiza redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos. Identifica os padrões de produção e consumo de energia. Realiza levantamentos ambientais. Opera sistemas de tratamento de poluentes e resíduos sólidos. Relaciona os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente. Realiza e coordena o sistema de coleta seletiva. Executa plano de ação e manejo de recursos naturais. Elabora relatório periódico das atividades e modificações dos aspectos e impactos ambientais de um processo, indicando as consequências de modificações.

8.2 – Campo de Atuação

O Técnico em Meio Ambiente, é um profissional apto a atuar em:

- Instituições de assistência técnica, pesquisa e extensão rural;
- Estações de tratamento de resíduos;
- Profissional autônomo;

- Empreendimento próprio;
- Empresas de licenciamento ambiental;
- Unidades de conservação ambiental;
- Cooperativas e associações.

9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente procura contemplar as competências profissionais fundamentais da habilitação, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o estudante a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade. Para tanto, a abordagem dos conhecimentos privilegia os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, agregando competências relacionadas com as novas tecnologias, trabalho individual e em equipe e autonomia para enfrentar diferentes desafios do mundo do trabalho com criatividade e flexibilidade.

O percurso curricular do Curso busca viabilizar a articulação teoria-prática, mediante o desenvolvimento de práticas nos mais diversos componentes da formação profissional. Nesse sentido, a prática se configura como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado, sendo desenvolvida ao longo do curso.

O Curso apresenta uma Matriz Curricular por componente curricular. Os componentes curriculares contemplam conhecimentos de bases científicas, humanas e tecnológicas que permitem uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho, dos conhecimentos científicos e da formação específica.

O curso apresenta uma carga horária de 960 horas relógio, distribuídas em 2 (dois) anos e em 40 semanas anuais, acrescida de 240 horas de Atividades Complementares, vivenciadas desde o início do curso, totalizando 1200 horas.

9.1 – Competências Profissionais

O curso deverá proporcionar ao educando as seguintes competências:

- Atitude valorativa diante de situações existenciais, assumindo desempenhos coerentes com os valores humanísticos;
- Engenho e inventividade, tanto na geração do novo, como na mudança e transformação do existente;
- Capacidade de gestão, por meio do posicionamento crítico-reflexivo, lançando mão de conduta que revele postura ética, responsabilidade social e compromisso com a formação da cidadania;
- Capacidade de articular conhecimentos de vida e de experiência diária em diferentes modelos de estruturas organizacionais, revelando-se profissional flexível e adaptável;
- Capacidade de gestão de empreendimentos específicos para o fomento de novos negócios na área tecnológica de atuação;
- Engajamento com a preservação do meio ambiente e com a acessibilidade;

- Conhecimento tecnológico para solucionar problemas relacionados com a poluição ambiental de atividades produtivas;
- Investigação científica e pesquisa aplicada, transferindo esses conhecimentos para o ambiente do sistema produtivo;
- Reconhecimento de fatores ambientais que intervêm na qualidade de vida;
- Capacidade de trabalhar em equipe;
- Condições de monitoramento das instalações destinadas aos tratamento e controle de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, provenientes de atividades urbanas e industriais;
- Capacidade de solucionar problemas relacionados com a poluição ambiental de atividades produtivas.

9.2 – Matriz curricular

Vide matriz curricular em anexo.

9.3 – Matriz de Pré-Requisitos

Não se aplica.

9.4 – Matriz de disciplinas equivalentes

Não se aplica.

9.5 – Estágio curricular

O estágio Curricular não será obrigatório. Será permitido, ao estudante, participar de estágio não obrigatório, conforme previsto no regulamento de estágio do IFSul.

9.6 – Atividades complementares

O Curso Técnico em Meio Ambiente de forma Subsequente prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de valorizar os saberes sociais adquiridos pelo educando, enriquecer o processo formativo e estimular a formação continuada.

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática e estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

Cumprindo com a função de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

O curso prevê a participação dos alunos em atividades de curta duração: seminários, mostras, exposições, fóruns, palestras, visitas técnicas, realização de estágios não curriculares e outras atividades que articulem o currículo a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e

humanos disponíveis. Para que o estudante sinta-se estimulado a usufruir destas vivências, a organização curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente - Subsequente prevê o cômputo de horas com as Atividades Complementares.

Estas atividades são obrigatórias e deverão ser realizadas fora das atividades regulares dos Componentes Curriculares obrigatórios, compondo a carga horária mínima do curso. A carga horária de Atividades Complementares é de 240 horas. Serão validadas com apresentação de documentação específica, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso Técnico em Meio Ambiente - Subsequente encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares (Anexo I).

Todos os eventos devem ser realizados em data posterior ao ingresso do estudante no curso.

O quadro abaixo apresenta as possibilidades de atividades que poderão ser computadas para fins de cumprimento desta exigência:

Carga horária máxima	
Cursos de informática aplicada	50h
Monitorias	100h
Participação em Congressos, Seminários, Cursos, Oficinas e Palestras	100h
Apresentação de trabalhos em eventos	60h
Ministrantes de palestras, cursos e oficinas	50h
Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão	100h
Visitas Técnicas	80h
Estágios não obrigatórios	100h
Atividades sociais e comunitárias	80h
Experiências profissionais	80h

9.7 – Trabalho de conclusão do curso

Não previsto.

9.8 – Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

Vide programas em anexo.

9.9 – Flexibilidade curricular

A flexibilidade curricular visa à importância em buscar e construir uma estrutura curricular capaz de incorporar outras formas de aprendizagem e formação presentes na realidade social. Tal ação cria novos espaços de aprendizagem, buscando a articulação teoria e prática como princípio integrador, ampliando horizontes do conhecimento e possibilitando a aquisição de uma visão crítica diante da realidade. Oportuniza ao aluno participar de seu processo de formação profissional.

Sendo assim, a flexibilidade dar-se-á através do aproveitamento de estudos, considerando estudos e vivências em outros espaços formativos mediante comprovação do conhecimento através de prova específica e apresentação de documentação comprobatória dos mesmos, bem como da realização das atividades complementares.

É neste contexto que o princípio da flexibilização, visa, em síntese:

- Maior flexibilidade na organização de cursos, de modo a atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e as expectativas e interesses dos estudantes universitários.

- Maior articulação teoria-prática (práxis).

- Ensino-aprendizagem centrado no protagonismo dos sujeitos envolvidos, respeitadas suas individualidades.

- Formação integrada à realidade cultural, econômica e social.

- Permeabilidade às mudanças da ciência, dos anseios e demandas sociais e do próprio cenário educacional.

- Ênfase à autonomia intelectual desejável à aprendizagem contínua e à formação permanente.

- Validar participações em projetos e programas de pesquisa, atividades em programas e projetos de extensão, participação em eventos técnicos científicos (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros das mesmas naturezas), monitorias em disciplinas de curso,

- Considerar o aproveitamento em disciplinas que não integram o currículo do curso e/ou disciplinas de outros cursos; bem como participação de cursos de curta duração, trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos.

Nesta perspectiva, são previstas vivências articuladoras das dimensões de ensino, pesquisa e extensão que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. Além de tais, pontua-se a projeção de atividades complementares, sendo mais uma via de conhecimento oportunizada ao aluno. Sendo assim, promove-se o constante envolvimento dos discentes com as questões que permeiam suas realidades, com vistas à qualificação do ensino e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos.

9.10 – Política de formação integral do aluno

O curso objetiva formar profissionais capazes de exercerem com competência, inteligência e autonomia intelectual, suas funções e atribuições sócio-ocupacionais. Dessa forma, a organização e o desenvolvimento curricular do curso, em seus objetivos, conteúdos e métodos deverá evidenciar e vivenciar a unicidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural, a partir da compreensão do ser humano como produtor de sua realidade e do trabalho como primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

Do mesmo modo, o Curso se dispõe a adotar a relação entre teoria e prática, não apenas como princípio metodológico inerente ao ato de planejar as ações, mas também, como princípio orientador do modo como se compreende a ação humana de conhecer a realidade e de intervir no sentido de transformá-la. Ainda, com vistas a contribuir para que o estudante possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas em um processo autônomo de (re) construção do conhecimento, o Curso assume a pesquisa como princípio pedagógico, instigando o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, priorizando: a responsabilidade e comprometimento com o saber fazer; a proposição de situações

desafiadoras e instigadoras à exploração de diferentes possibilidades; a pró-atividade, estimulada pelo empreendimento de atividades individuais e em grupo.

Desde o entendimento da pertinência e da necessidade de associar-se a pesquisa ao desenvolvimento de projetos contextualizados e interdisciplinares, pretende-se nas diferentes situações de aprendizagem, potencializar investigações e projetos de ação que concorram para a melhoria da coletividade e do bem comum.

Na apresentação dos trabalhos será trabalhada a redação de documentos técnicos dentro da normatização. Ainda, através de atividades práticas serão desenvolvidos temas sobre a segurança no trabalho, com o uso de equipamentos pertinentes, incentivando-se o trabalho em equipe, com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS

Atendendo ao que dispõe no artigo 34 da Resolução nº06 CNE/CEB 2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em cursos destinados à formação inicial continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante.

Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante.

Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de Educação Profissional de Nível Básico, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio dessa instituição.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teóricos/práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A banca de que fala o parágrafo anterior deverá ser composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria de Ensino.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos com a mesma profundidade com que é aferido o conhecimento do aluno que frequenta regularmente o Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Sempre que for possível, a avaliação deverá contemplar igualmente os aspectos teórico e prático.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo deverão constar tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

É indispensável que se registre todo o processo de avaliação e que, só após sua aprovação, o aluno seja inserido no semestre pretendido.

Para orientação sobre o tema tomaremos como referenciais legais:

- A Lei 9394/96, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;
- O Decreto 5154, de 23.07.2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96;
- O Parecer 11/2012 da CEB/CNE, de 09.05.2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- A Resolução nº06/2012, da CEB/CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assim como outros referenciais que vierem a ser produzidos.

11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos educandos, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

A avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, pela análise de trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática, no anexo IX do Câmpus Pelotas Visconde da Graça e está de acordo com a Resolução Nº 86/2015-CONSUP (Anexo II).

12 – RECURSOS HUMANOS

12.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

Nome	Disciplinas	Titulação/Universidade	Regime de Trabalho
Prof. Francisco Marinaldo F. Corlett	Fundamentos de Agroecologia	Licenciatura plena em Ciências Agrárias/UFPB	DE
	Agricultura Orgânica	Esp. em Educação de Adultos/CETEB	
	Prática Sócioambiental		

		Mestrado em Produção Vegetal/UFPB Doutorado em Ciência e Tecnologia de Sementes/UFPEL Pós Doutorado em Ciência e Tecnologia de Sementes/UFPEL	
Profª Maria Lúcia da Silva Monteiro	Geografia Ambiental I Geografia Ambiental II Prática Socioambiental	Licenciatura plena em História/UFPEL Licenciatura plena em Geografia/UFPEL Especialização em Ciência Política/UFPEL Mestrado em educação/UNISINOS Doutorado em Educação/UFRGS	DE
Profª Danielle Müller Andrade	Atividades Ecoturísticas Prática Socioambiental Educação Ambiental I	Licenciatura em Ed. Física/ESEF/UFPeI Esp. Educação Corpo e Qualidade de Vida/ESEF/UFPeI Mestrado em Educação Física, área: Fatores que afetam a aprendizagem motora/ESEF/UFPeI	DE
Profª Andréia Orsato	Metodologia da Pesquisa Prática Socioambiental	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais/UFPeI Mestrado em Ciências Sociais/UFPeI Doutorado em Ciência Política/UFRGS	DE
Profª Elisa Bald Siqueira	Tratamento de Resíduos	Tecnólogo em Controle Ambiental/IFSul Bacharel em Química/UFPeI Mestrado em Ciência e Tecnologia Agroindustrial/UFPeI	DE
Profª Maria de Fátima Jorge Magalhães	Legislação Ambiental	Bacharelado em Direito	DE

Profª Greice de Almeida Schiavon	Fundamentos de Ecologia Ecologia Aplicada Prática Socioambiental Educação Ambiental II	Bacharel em Ecologia/UCPel Licenciatura em Ciências Biológicas/UCPel Mestranda em Sistema de Produção Agrícola Familiar/UFPeI	Temporário
Profº Rodrigo Brum de Paiva	Gestão Ambiental Prática Socioambiental	Tecnólogo em Gestão Ambiental/IFSul	Substituto
Profª Carla Menegati	Prática Socioambiental	Licenciatura e Bacharelado em História/UFRGS Mestrado em História/UFRGS	DE
Adriane Maria Delgado Menezes	Educação Ambiental II	Graduada em Engenharia Agrônômica/UFPeI Mestrado em Fitossanidade/UFPeI Doutorado em Fitossanidade/UFPeI	DE
Maria Laura Brenner de Moraes	Supervisão Pedagógica	Graduada em Pedagogia/UCPel Esp. em Educação Especial/UCPel Mestrado em Desenvolvimento Social/UCPel Mestrado em Educação/UFPeI Doutorado em Educação/UFPeI	DE

12.2 – Pessoal Técnico – Administrativo

Não há.

13 – INFRAESTRUTURA

13.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos

Identificação	Área – m²
Salas de aula (5)	280 m²
Laboratório de Reciclagem e Reutilização de Resíduos	60 m²
TOTAL	340 m²

Laboratório de Reciclagem e Reutilização de Resíduos

- Equipamentos: Prensa hidráulica; Triturador; Fragmentadoras; Filmadora; Multimídia fotográfica;
- Biblioteca e videoteca com acervo atualizado.

14 - REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Educação profissional técnica de nível médio Integrada ao ensino médio. **Documento Base**, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/setec>>

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96**, Brasília: Senado Federal, Subsecretárias de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. GABINETE DA PRESIDÊNCIA. **Decreto 5154, de 23.07.2004**, 2004, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 11/2012** de 09.05.2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº06/2012**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Projeto Pedagógico Institucional** – uma construção coletiva. Pelotas, 2006.

15 - ANEXOS

ANEXO I

CAPÍTULO XXVI DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 139. As atividades complementares constituem um conjunto opcional de atividades didático-pedagógicas que possibilitam o aperfeiçoamento profissional e/ou formação do cidadão.

§ 1º A carga horária de atividades complementares será determinada no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º A carga horária das atividades complementares deverá ser desenvolvida ao longo do percurso formativo.

§ 3º As atividades complementares podem ser desenvolvidas no próprio Instituto Federal Sul-rio-grandense, em outras Instituições de Ensino Superior e em programações oficiais promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo colegiado de curso.

Art. 140. São consideradas atividades complementares para fins de currículo:

I - projetos e programas de pesquisa;

II - atividades em programas e projetos de extensão;

III - participação em eventos técnicos científicos (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros da mesma natureza);

IV - atividades de monitorias em disciplinas de curso;

V - aproveitamento de estudos em disciplinas que não integram o currículo do curso e/ou disciplinas de outros cursos;

VI - participação em cursos de curta duração;

VII - trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;

VIII - atividades de gestão, tais como participação em órgãos colegiados, em comitês ou comissões de trabalhos e em entidades estudantis como membro de diretoria.

Art. 141. A atividade de pesquisa compreende:

I - realização de trabalho de pesquisa sob orientação;

II - participação como expositor ou debatedor, em evento técnico científico;

III - participação em grupos de estudo/pesquisa, sob supervisão de do Instituto Federal Sul-rio-grandense ou instituição parceira.

Art. 142. São consideradas atividades em extensão aquelas desenvolvidas com a participação da comunidade externa e resultantes de trabalho de ensino ou de pesquisa.

Art. 143. Os eventos técnicos científicos a que se refere o inciso III do Artigo 140 desta Organização Didática são considerados válidos quando:

I - promovidos pelo próprio curso ou por ele apoiados;

II - aprovados pelo Coordenador de Curso, no caso de serem promovidos por outras instituições, ou por outro curso do próprio Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Art. 144. A monitoria compreende o exercício de atividades de apoio ao corpo discente, supervisionadas pelo docente responsável pela disciplina.

Art. 145. O Colegiado estipulará a carga horária em cursos de curta duração que poderão ser integralizados como atividades complementares.

Art. 146. O projeto pedagógico de cada curso definirá o limite máximo para a distribuição da carga horária total das atividades complementares pelas espécies de atividades constantes nos incisos I a VIII do Artigo 140 desta Organização Didática.

Art. 147. Cabe ao estudante apresentar, junto à coordenação do curso/área, para fins de avaliação, a comprovação de todas as atividades complementares realizadas mediante a entrega da documentação exigida para cada caso e o preenchimento de formulário próprio.

Art. 148. A coordenação do curso/área encaminhará, ao Setor de Registros Acadêmicos, a comprovação das atividades complementares realizadas pelo estudante para efeito de registro no histórico escolar.

Art. 149. As atividades complementares cursadas anteriormente ao ingresso no curso serão avaliadas, para efeito de aproveitamento, pelo coordenador do curso.

ANEXO II

TÍTULO I

Procedimentos para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

CAPÍTULO I DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 1º O processo avaliativo envolverá: plano de ensino, conselho de classe, avaliação e reavaliação.

SEÇÃO I DO PLANO DE ENSINO

Art. 2º O docente deverá, ao início do período letivo, elaborar seu plano de ensino.

Art. 3º O plano de ensino deverá ser encaminhado à coordenação do curso/área e à supervisão pedagógica, para sua aprovação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início do período letivo.

Art. 4º O plano de ensino deverá conter os seguintes itens:

- I. Dados de Identificação;
- II. programa da disciplina;
- III. objetivos;
- IV. estratégias de interdisciplinaridade;
- V. metodologia;
- VI. avaliação;
- VII. bibliografia;
- VIII. observações.

§1º Os dados de identificação devem conter o nome da instituição, do curso/área, da disciplina, do docente, bem como a carga horária total em hora relógio, a carga horária semanal em hora/aula, o período/semestre/ano, entre outros dados significativos incluindo pré-requisitos quando houver.

§2º O programa da disciplina deverá conter a ementa e os conteúdos.

§3º Os objetivos deverão ser elaborados, tendo como foco a proposta da disciplina conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

§4º As estratégias de interdisciplinaridade deverão expressar a relação da disciplina com as demais.

§5º A metodologia deve contemplar a descrição dos métodos, técnicas e estratégias de ensino, bem como recursos que serão utilizados.

§6º A avaliação deverá expressar o desenvolvimento deste processo indicando os instrumentos avaliativos, incluindo as estratégias de retomada dos conteúdos e de reavaliação.

§7º Na bibliografia deverá constar a mesma do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), podendo o docente acrescentar referências recomendadas como leitura aos estudantes.

§8º O item observações deverá fazer parte do plano de ensino quando o docente considerar necessário.

Art. 5º A supervisão pedagógica deverá manter em seus arquivos, cópia do plano de ensino a fim de acompanhar sua execução, em parceria com a coordenação de curso/área.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 6º O conselho de classe constituir-se-á de dois momentos: reunião com estudantes representantes e reunião com docentes.

Art. 7º A reunião com estudantes representantes de todas as turmas ocorrerá com a participação do professor conselheiro, de um orientador educacional e do coordenador do curso.

Art. 8º A reunião com docentes far-se-á com a presença da coordenadoria do curso, da supervisão pedagógica, da orientação educacional, de representantes dos setores vinculados ao atendimento estudantil, de estudantes representantes, do professor conselheiro e dos demais docentes da turma, com enfoque no processo de ensino e aprendizagem, ocorrendo, no mínimo, um conselho de classe a cada etapa avaliativa.

Art. 9º A reunião com docentes será organizada em três partes:

I – Os estudantes representantes, assessorados pela orientação educacional e pelo professor conselheiro, relatarão o resultado da reunião preparatória;

II – Os docentes farão uma análise da turma em relação ao processo ensino e aprendizagem no que tange a perfis cognitivos e relacionais prevalentes, limites e necessidades, e uma análise auto avaliativa dos aspectos de planejamento educacional;

III – sem a presença dos estudantes, os docentes proporão alternativas para sanar as dificuldades encontradas, realizando registro de ações a serem adotadas com a turma.

Art. 10 Ao final do período letivo, antecedendo à publicação dos resultados da reavaliação final, será realizado o conselho de classe para socialização dos resultados do processo e definição da publicação dos resultados finais, devendo os docentes possuírem, para este momento, os seus registros de avaliação.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DOS CURSOS TÉCNICOS NA MODALIDADE PRESENCIAL

SEÇÃO I

DA SISTEMÁTICA

Art. 11 A avaliação da aprendizagem dos estudantes se efetivará de acordo com o plano de ensino de cada docente, apresentado no início de cada período letivo.

Art. 12 Os registros resultantes da avaliação serão atribuídos ao final de cada uma das etapas avaliativas (semestre) que compõem o período letivo.

Art. 13 Como expressão dos resultados obtidos na avaliação serão atribuídas, em cada etapa, notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se intervalos de 0,5 (meio) ponto.

Art. 14 As notas mencionadas no artigo anterior serão resultantes da realização de, no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos, previstos no plano de ensino do docente.

SEÇÃO II DA APROVAÇÃO

Art. 15 Ter-se-á como aprovado o estudante que obtiver, em cada uma das etapas avaliativas, nota igual ou superior a 6,0 (seis) na totalidade das disciplinas da respectiva série, e apresentar percentual de frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do período letivo.

SEÇÃO III DA REPROVAÇÃO

Art. 16 Ter-se-á como reprovado o estudante que não obtiver, no mínimo, nota 6 (seis) em qualquer das disciplinas em cada uma das etapas avaliativas do período letivo.

Art. 17 Ter-se-á como reprovado o estudante que não apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas previstas para o período letivo, sem direito ao aproveitamento de estudos das disciplinas em que logrou êxito.

SEÇÃO IV DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS E DA REAVALIAÇÃO

Art. 18 A Recuperação será desenvolvida de forma concomitante com o processo ensino-aprendizagem.

Art. 19 O estudante que apresentar aproveitamento inferior à nota 6,0 (seis) ao final de cada etapa avaliativa do período letivo terá direito à reavaliação na(s) disciplina(s) da(s) respectiva(s) etapa(s).

Art. 20 O estudante que, porventura, após a reavaliação explicitada no artigo anterior, apresentar aproveitamento inferior à nota 6,0 (seis) em uma ou nas duas etapas avaliativas, na(s) disciplina(s) da(s) respectiva(s) etapa(s), terá direito à reavaliação final ao término do período letivo, cuja nota poderá ser embasada num único instrumento avaliativo, conforme o plano de ensino do docente.

Art. 21 Até a reavaliação, deverão ser oferecidos estudos de recuperação para as aprendizagens não construídas, conforme previsto no plano de ensino do docente.

Art. 22 As notas obtidas como resultado das reavaliações substituirão as obtidas anteriormente, somente se representarem avanços na melhoria de aproveitamento do estudante.

SEÇÃO V DA DEPENDÊNCIA

Art. 23 A Dependência será embasada especificamente naqueles objetivos não atingidos pelo estudante na disciplina, que determinaram sua reprovação no período letivo anterior.

Art. 24 A Dependência será efetivada preferencialmente pelo docente responsável pela disciplina no período letivo anterior, o qual deverá elaborar o plano de ensino descrevendo a metodologia, o processo de avaliação e o número de aulas de frequência obrigatória ao estudante.

Art. 25 A Dependência será ofertada em turnos nos quais o estudante não possua atividades da série na qual está matriculado, e seu período máximo não poderá ultrapassar o término da primeira etapa avaliativa do período letivo.

Art. 26 O estudante que, mediante avaliação, lograr êxito na disciplina em Dependência, poderá ser dispensado antes do término da etapa avaliativa. Isso somente ocorrerá após o registro da nota no sistema acadêmico.

Art. 27 O estudante somente progredirá ao período letivo posterior se houver logrado êxito na disciplina em Dependência cursada no período letivo anterior.

Art. 28 O estudante que reprovar em mais de 1 (uma) disciplina deverá repetir o período letivo, com aproveitamento dos estudos concluídos com êxito, salvo quando reprovar por infrequência.